



POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Jéssyka Souza*¹

*Sônia Bessa*²

Resumo

Esse artigo apresenta resultado de investigação com 101 estudantes do 4º e 5º ano do ensino fundamental de escolas municipais da região de Formosa-GO. Essa investigação teve como objetivo analisar e identificar as representações de pobreza, e desigualdade socioeconômica. Utilizou-se entrevista clínica individual e para a análise dos resultados utilizou-se os níveis propostos por Denegri (1997) que são IA, IB, II e III e indicam o pensamento econômico dos participantes. Somente 5% dos estudantes dessa investigação estão no nível de pensamento esperado, 95% apresentam defasagens na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais. Durante a distribuição dos entrevistados nos níveis propostos, observou-se que os estudantes dos Níveis IA e IB associam riqueza com felicidade, bem-estar e saúde. Foi apontado um nível intermediário, este classificado como “Transição” estes apresentam características de pensamento do nível IB e II. Na amostra total o nível II teve um percentual bem menor em relação aos outros níveis. Esse é um nível mais evoluído, os estudantes já têm uma compreensão maior de mobilidade socioeconômica embora ainda elementar, percebem que para que ocorra mobilidade existem restrições externas, mas continuam a priorizar e valorizar o esforço individual. Somente a compreensão da problemática que circunda a pobreza e a desigualdade e dos demais fatores sociais envolvidos poderá contribuir para uma sociedade mais equânime. No contexto brasileiro com tantos problemas de ordem econômica e financeira esse é o tipo de resultado que preocupa e impulsiona a propor programas de educação econômica e financeira, que apresente estratégias e busque soluções.

Palavras-chave: Desigualdade, pobreza, estudantes, ensino.

Introdução

Como compreender um fenômeno tão complexo, persistente, abrangente e duradouro como a pobreza? Ela está em todos os lugares e em todas as gerações, entremeada com todas as pessoas, sejam adultos, velhos ou crianças. Para Bessa (2018), A pobreza, a desigualdade social e a falta de perspectiva são fenômenos que sempre permearam a humanidade, são visíveis e perturbadores no contexto da modernidade. São fenômenos sociais complexos, que comprometem fortemente o

¹ Estudante do 4º ano do curso de pedagogia da UEG Campus Formosa. email: jessykasouza33@gmail.com

² Dra. Em Educação. Profa. do curso de pedagogia. Email: soniabessa@gmail.com

desenvolvimento econômico, cultural, político, social e atingem milhões de pessoas no mundo inteiro, ou seja, obriga as pessoas a viverem expostas a todo tipo de marginalidade e desigualdade.

Pogge (2007) defende a erradicação da pobreza sistêmica ao reunir partidários de correntes dominantes do pensamento político normativo ocidental, numa coalizão voltada à erradicação da pobreza mundial mediante a introdução de um dividendo dos recursos globais, ou DRG. Para esse autor:

A atual apropriação da riqueza de nosso planeta é muito desigual. As classes economicamente favorecidas utilizam muitíssimo mais os recursos mundiais, e o fazem de forma unilateral, sem dar qualquer compensação às classes menos favorecidas por seu consumo desproporcional. (POGGE 2007, p. 143).

Ao buscar uma resposta para “O que é pobreza?”, obtêm-se diversos conceitos e referências, entre estes se destaca a definição de Moore (1963), onde afirma que esta é função de uma participação maior e menor na modernização, restringem o problema a parâmetros de natureza puramente material. A desigualdade por sua vez, segundo Milano (1988), refere-se a carências, entretanto, casualmente em termos relativos, o que não caracteriza necessariamente a pobreza, esta é definida em função de um nível relativo de renda que varia conforme a média da renda nacional. Porém, segundo Santos (2009), a pobreza existe em todo lugar, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade, ainda mais se tratando de questões historicamente determinadas, onde as variáveis bem como sua definição, mudam ao longo do tempo. Assim a única definição válida para a pobreza é a atual, dada pela situação relativa ao indivíduo na sociedade a que pertence. Por isso, não tem sentido procurar uma definição única e universal. Conforme acentuou I. Buchanan (1972, p. 255) “[...] o termo “pobreza” não implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura”. (SANTOS, 2009, p.19 apud BUCHANAN, 1972).

Para tanto, a pobreza pode ser expressa em vários níveis: renda, cultural, escolaridade, raça, gênero, além da carência de recursos que deveriam ser básicos e promover cidadania e dignidade à vida humana. Sendo assim, desigualdade social está fortemente relacionada à pobreza e é um fenômeno que atinge milhões de pessoas em todo o mundo. O relatório Oxfam Brasil (2017) informa que 700 milhões de pessoas vivem com menos de 1,9 dólares por dia e apenas oito pessoas detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população do planeta.

Para Bouget e Nogues (1994), a pobreza pode ser descrita como o maior meio de exclusão nas sociedades modernas, no compasso em que a exclusão mais visível é a econômica - o não ter acesso a condições básicas de vida. Nessa questão, a pobreza e a exclusão têm muitas formas, ultrapassando a dimensão econômica, podendo-se designar à idade, à etnia, a deficiências físicas, culturais, etc., além do que não se reduz a uma situação individual, mas coletiva. Não é um estado, mas uma relação, posto que a exclusão é em relação a alguma coisa ou a outrem.

Para Gaiger (2009) as desigualdades e pobreza são fenômenos associados de modo que a redução efetiva dos níveis de pobreza requer políticas e programas de combate às desigualdades. Para esse autor enfrentar a pobreza e a desigualdade representa um dos principais desafios da atualidade. O Brasil é um país de desigualdades, de extrema riqueza em todos os tipos de recursos, mas com uma persistente pobreza, segundo Gaiger (2009, p. 564),

[...] Uma população majoritária persistentemente de pobres, num país de recursos abundantes, tem permanecido quase imune à evolução econômica, na falta de programas estruturais contínuos, alicerçados em decisões políticas de ampla envergadura. A pobreza extrema, em particular, mantém-se presa aos processos de reiteração das desigualdades, de modo que, ao cabo de sucessivas fases de estagnação e de crescimento, o Brasil deixou de ser um país pobre e dependente, para converter-se numa das principais economias mundiais, sem deixar de conviver com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano.

A desigualdade é marcadamente o que mais distingue a sociedade brasileira, até mesmo que a pobreza. Para Ribeiro e Menezes (2008) a pobreza é uma determinante na estrutura da desigualdade brasileira, tanto na distribuição de renda como de oportunidades de inclusão econômica e social. O que gera pobreza no Brasil não é a falta de recursos, mas a má distribuição dos recursos existentes.

A pobreza no Brasil pode estar associada, de modo alternativo, ao fato de os países do mundo, em seu conjunto permanecerem, relativamente pobres, significando que estar entre os mais ricos não impede a existência de uma severa escassez de recursos, ou ao fato de o Brasil apresentar um elevado grau de desigualdade na administração dos recursos. (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001. P.6).

Ribeiro e Menezes (2008) corroboram a perspectiva de Gaiger (2009) e mencionam o fato de que enquanto a população pobre brasileira representa cerca de 30% da população total, nos países de renda per capita similar à brasileira este valor corresponde a menos de 10%. É "um elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos nacionais. [...] na comparação com os demais países, a sociedade brasileira apresenta um dos graus de pobreza mais elevados do mundo" (RIBEIRO E MENEZES 2008, p. 46).

Dados da Oxfam (2017), declaram que no Brasil, apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. O relatório esclarece que uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês. "Segundo projeções do Banco Mundial, entre 2010 e 2030, ainda que os 40% mais pobres tenham um incremento de renda 2% acima da média geral anual, restariam em todo o mundo cerca de 260 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza". (OXFAM, 2017, p.9). Esses dados deixam claro que o problema brasileiro não se restringe a aumentar a renda per capita, mas a melhor distribuição da mesma. Com respeito a desigualdade social, Franco aponta,

Deve-se distribuir mais do que a renda para que seja possível distribuir a renda de modo sustentável. Se distribuíssemos igualmente a renda, ele tenderia a se concentrar mais adiante, porquanto aqueles que possuíssem mais capacidade – dada, sobretudo, por estes outros fatores do desenvolvimento, como conhecimento, poder e riqueza – de converter renda em capacidades, tenderiam a acumular mais renda. (FRANCO 2000, p. 27).

Amar et al. (2002), define a desigualdade social como a distribuição equitativa de certos atributos. Esses atributos fazem referência a bens, serviços, direitos e obrigações, poder e privilégios em função não de características pessoais e não de posições sociais ou mobilidade socioeconômica se refere ao deslocamento entre diferentes classes sociais, quer seja ascendente e descendente, o que implica em considerar aspectos relacionados a “ordem política” e a “ordem econômica”.

Delval (2012) afirma que em torno desses dois aspectos - política e economia - giram os principais problemas da sociedade. Quando fala de problemas econômicos esse autor elenca temas como o uso do dinheiro, a desigualdade social, e a mobilidade socioeconômica.

Bessa (2018) observa ainda que, a realidade da pobreza se torna ainda pior porque está diretamente relacionada à desigualdade social. Esses problemas estão relacionados, pois para acabar com a pobreza é necessário reduzir os níveis de desigualdade. Porém, essa possibilidade caminha em passos lentos, pois no Brasil não há uma política econômica inclusiva. Pois a economia brasileira funciona de maneira concentrada, onde muitos tem pouco e poucos têm muito. Sendo assim, se os bens econômicos não são distribuídos de forma adequada, de modo que todos sejam beneficiados, o combate à pobreza se tornará cada vez mais lento.

Corroborando com essa afirmação, destaca-se a fala do coordenador de pesquisas da ONG Oxfam, onde afirma que:

Quando não se empodera economicamente a metade mais pobre da população, a economia paga este preço. Perde-se mercado consumidor, as pessoas deixam de acessar serviços básicos, e então não se tem mão de obra qualificada. Porque se as pessoas são muito pobres, elas acabam deixando de estudar e entrando no mercado muito cedo. Então esta conta se paga mais pra frente. Vai acabar gerando mais pobreza e mais recessão. E para acabar com a pobreza com a atual distribuição de renda, a economia global precisaria crescer 175 vezes (PULICE 2018).

O relatório Oxfam (2018), destaca maneiras de se construir uma economia mais humana para resolver o problema em questão, para tanto se pode estabelecer uma economia principalmente de duas maneiras: concebendo economias mais igualitárias e usando a tributação e os gastos públicos para redistribuir e promover uma maior equidade. Priorizando assim, os interesses dos trabalhadores e de pequenos produtores, e não dos donos de grandes fortunas. Atuando dessa forma, se colocaria fim a desigualdade e a má distribuição de renda, dando ao planeta e às futuras gerações, um futuro com novas possibilidades e um mundo mais igualitário. Para isso é necessário, “Reconhecer o impacto do atual modelo econômico neoliberal dominante sobre os pobres do

mundo. Com base nesse reconhecimento, deve-se trabalhar no sentido de desenvolver economias mais humanas cujo objetivo principal seja o de promover uma maior equidade.” (OXFAM 2018, p. 15). Essas sugestões devem ser acatadas pelos governos e instituições diretamente ligadas a economia do país, pois para que ocorra uma mudança real, as instâncias com mais poder devem reconhecer e se conscientizar da necessidade de mudanças na forma de administração dos bens e riquezas da sociedade.

Para Ferreira e Latore (2012, p. 2524), [...] a desigualdade social é uma condição inerente ao próprio sistema capitalista, onde um pequeno grupo de pessoas detém os meios de produção e o capital financeiro, enquanto a grande maioria da população é possuidora apenas de sua força de trabalho”. Para esses autores a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, que influencia a saúde humana, é injusta, indesejável e evitável e se funda no caráter essencial da diferença, pressupõe exclusão, contudo esse autor afirma que é um fenômeno social e cultural, um fenômeno de civilização. “[...] A diferenciação socioeconômica entre as pessoas está associada ao valor fundamental como a liberdade e o desempenho das potencialidades individuais e das oportunidades. (FERREIRA e LATORE 2012, p. 2525)

Com base na definição desses autores verifica-se que o conceito de desigualdade social é multidimensional, ou seja, são muitos os aspectos que devem ser analisados, e há grandes limitações dos indicadores atuais em contemplarem toda a complexidade conceitual.

Para Stehr (2000), as sociedades contemporâneas avançadas estão se tornando cada vez mais “sociedades do conhecimento”, e os conceitos de desigualdade continuam muito restritos com o processo de produção, sua organização e seus resultados. “o conhecimento vai tomando o lugar da propriedade e do trabalho como mecanismo constitutivo da desigualdade, a relação dos indivíduos e dos grupos com o conhecimento passa a ter uma importância fundamental para os padrões de desigualdade social nas sociedades contemporâneas. (STEHR, 2000, p. 109).

A busca por uma resolução para os altos níveis de pobreza e desigualdade no Brasil é uma batalha que vem sendo travada segundo dados do IPEA (2006), desde os anos 60, quando a inflação atingiu seu ápice, desde então houve estabilidade nessa questão e atualmente a busca por estabilidade está ligada a desigualdade. Onde destaca-se a atuação das Políticas Públicas, quanto a essa afirmação, Neri (2006) expõe que,

Vale frisar que o objetivo final de políticas pública não seria a redução da desigualdade em si, mas a melhoria do nível de bem-estar social que, objetiva e subjetivamente, depende dela, do crescimento e outro fator subjetivo: A estabilidade econômica. (NERI 2006 P. 130).

A pobreza e a desigualdade social estão atreladas numa espécie de simbiose, onde uma está a outra certamente estará também. A erradicação da pobreza e a desigualdade social é um dos maiores desafios dos governos e em especial o governo brasileiro. Em 2003 no Brasil foi criado o Programa Bolsa Família, cuja meta foi a promoção do desenvolvimento social e o combate à

pobreza por meio da transferência direta e condicionada de renda. Esse programa estava associado a outros programas sociais. Para Carvalho (2002), citado por Gonçalves, Minicucci e Amaral (2017), um dos mecanismos institucionais para solucionar ou mitigar eventuais diferenças e desigualdades dentro de uma sociedade é a implementação de políticas públicas que atuem de modo direto na chance de condições mais equânimes, isso está intimamente relacionado ao desenvolvimento dos direitos sociais, definidos como a participação na riqueza coletiva.

O Bolsa Família teve inspiração em outros programas anteriores como a bolsa escola da década de 1990 e foi a unificação de outros programas com menor abrangência e outras ações. Para Gonçalves, Minicucci e Amaral (2017) o objetivo principal desse programa era reduzir as desigualdades a partir da transferência condicionada de renda, atendendo a famílias em situação de pobreza de extrema pobreza, e impactar na educação e saúde por meio de condicionalidades. Outro objetivo era uma coordenação mais eficaz das ações de proteção social.

Mas o que pensam crianças e adultos sobre a pobreza e a desigualdade? Que soluções apresentam para esses dois fenômenos? Por que estudar pobreza e desigualdade?

Amar et al. (2001) apresenta dois motivos para investigar a compreensão das origens da pobreza e desigualdade social: o primeiro diz respeito ao interesse epistemológico ao proporcionar uma via de acesso a forma como crianças e adolescentes representam o mundo social em que estão inseridos. Tal conhecimento pode ajudá-los a compreender os processos mais gerais pelos quais os indivíduos chegam a construir um modelo coerente e organizado do mundo social. Tal conhecimento pode colaborar na construção de intervenções educativas mais eficazes que permitam aos indivíduos resolver problemas relacionados ao uso racional dos recursos, estimulem a participação cidadã e a busca de estratégias de intervenções para superar a pobreza.

Todos constroem ao longo da vida representações do funcionamento dos sistemas econômicos, mas para que isso ocorra de fato é necessário que o mesmo disponha de informações e experiências sobre a vida e a atividade do sistema social.

Para Delval (2012) a criança vai elaborando explicações sobre como e por que as coisas acontecem de determinada maneira e sobre o funcionamento dos sistemas sociais. Posteriormente as explicações incidem sobre as normas e valores e estes reorganizam quando alcançam um maior grau de compreensão proporcionam as normas e valores um novo sentido, permitindo inclusive duvidar dos seus fundamentos.

Na América Latina se destacam os trabalhos pioneiros de Denegri (1995) Denegri, et al. (1998a), Denegri et al. (1998b) Amar, Abello e Llanos (2000); Amar et al. (2002), Chafel (2002), Denegri et al.(2010) com sujeitos do Chile e da Colômbia. No Brasil, alguns escassos estudos: Araújo (2009), Bessa (2008), Cantelli (2009), Fermiano (2010), Bessa, Fermiano e Denegri (2014) com crianças, jovens universitários e famílias.

Na perspectiva de estudar os fenômenos de ordem econômica esse estudo pretende verificar quais as representações de pobreza, mobilidade social e desigualdade social e econômica de crianças do 4º e 5º ano do ensino fundamental.

Metodologia

Essa é uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa com desenho descritivo comparativo. Foi constituída amostra de 101 estudantes do ensino fundamental: 49 do sexo masculino e 52 do sexo feminino, com idades entre 8 e 13 anos.

Para essa investigação constituiu-se de amostra intencional estratificada por idade, sexo e formação. Foi utilizada entrevista clínica criada por Denegri (1997), dividida em 3 partes: a primeira se refere a caracterização de ricos e pobres, descrição, tipo de trabalho, classe social. A segunda refere-se ao processo de mobilidade social, mobilidade socioeconômica e as causas da desigualdade social, e a terceira faz referência as causas e possíveis soluções da pobreza e desigualdade social.

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente onde os estudantes foram convidados a responder 24 questões, no qual estes foram orientados a darem respostas sinceras e de acordo com o conhecimento prévio que tinham sobre o assunto. Cada entrevista foi transcrita em forma textual, e se obteve um protocolo para análise posterior.

Resultados e Discussões

Coletados os dados, foi feita a categorização de todas as respostas tendo como referência os níveis propostos por Denegri (1997-1998), considerando-se as variáveis, idade, sexo, e a formação dos estudantes. Os dados foram analisados de forma quantitativa com a utilização do programa estatístico SPSS-22.0 e qualitativamente através da análise de conteúdo das respostas dos estudantes.

Para avaliar o nível de compreensão acerca da pobreza, desigualdade e mobilidade social, Denegri et al. (1998) adotou quatro níveis (quadro 1), através dos quais os estudantes vão evoluindo na compreensão cada vez mais complexa do sistema social em que estão inseridos e quais são as causas e explicações para os muitos fenômenos verificados.

Foi feita uma análise global das entrevistas e cada um dos estudantes foram alocados nos níveis de pensamento propostos por Denegri (1998) e Amar et al. (2001).

A análise permitiu conhecer as representações dos estudantes quanto à conceituação de pobreza, desigualdade e mobilidade social, as possíveis soluções para o problema da pobreza e a auto definição dos estudantes permitiu obter uma distribuição percentual da amostra. Os níveis de

pensamento refletem o conteúdo da estrutura das representações dos estudantes. Na tabela 1 verifica-se a distribuição dos níveis na amostra.

Tabela 1 – Níveis de pobreza, desigualdade social e mobilidade econômica.

Níveis encontrados	Frequência (N)	Percentual
Nível IA	31	30,7%
Nível IB	45	44,6%
Nível em transição entre IB e II	20	19,8
Nível II	5	5,0
Total	101	100%

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora.

O nível classificado como “Transição” se encontra os sujeitos que não se encaixaram no previsto por Amar et. al (2001) estes apresentam características de pensamento do nível IB e II, estando assim em transição pois estão próximos do nível II, porém ainda derrapam em alguns conceitos. e conta com 19,8% dos estudantes. Nesse nível, os estudantes do 4º ano correspondem a 7,90% e os do 5º ano a 11,90%.

O estudante “A” tem 10 anos, é um estudante do 5º ano do ensino fundamental. Para caracterizar ricos e pobres, ela declarou de forma objetiva, “*rico é uma pessoa que tem muito dinheiro*”, e “*pobre é aquele que tem pouco dinheiro*”, disse que o pobre não tem nada e o rico tem tudo, e que se reconhece um rico pelas vestimentas. Ao descrever o tipo de trabalho do rico, alegou que eles trabalham administrando empresas e que os pobres são a mão de obra.

Esse estudante se autodeclarou de classe média e que seus amigos em sua maioria são classe média e pobres. Ao conceituar a classe média, alegou que: “*São pessoas que tem as coisas que querem, mas nem tudo*”. Alegou que existem mais pessoas da classe média, pois esses são aqueles que “*Tem quase tudo o que querem*”. Ao ser perguntado o que devia fazer para ficar rico, alegou que somente se encontram um trabalho que pague muito dinheiro ou ganhar na loteria.

Ao ser questionado por que há ricos e pobres. Mencionou que o motivo é que uns trabalham e tem mais sorte que outros. Enfatizou que quem poderia resolver essa situação seria o prefeito e os governantes, através do estímulo do trabalho e ajuda financeira. Esse estudante foi classificado no nível de “Transição”, pois apresenta características de pensamento do nível IB e II.

A maioria dos estudantes (44,0%) está no nível IB que correspondem aquelas respostas em que persistem concepções pouco realistas, permanecem crenças de que a riqueza é proveniente do trabalho ou resultado de herança ou sorte ao ganhar na loteria. Essa é uma associação simplista de que ganha bem quem trabalha muito. A meritocracia é valorizada, e a crença de que a mobilidade social depende única e exclusivamente da vontade individual, desconhecem as restrições da realidade, permanece a certeza que se a pessoa não melhorou de vida é porque não se esforçou o

bastante. Consideram a existência de uma classe média, e asseguram que para acabar com a pobreza é necessário a ação do estado ou outras figuras paternalistas como a assistência social.

Seguido do Nível IB com 44,6% segue o nível IA com 30,7%. Esse nível é mais elementar. As crianças não têm compreensão dos processos temporais e não percebe as mudanças sociais. Quanto ao trabalho, imaginam que qualquer trabalho serve para enriquecer. A questão da desigualdade social não tem explicação para esse grupo de crianças. Suas explicações se baseiam na intuição e na aparência.

Na amostra total o nível II (5%) teve um percentual bem menor em relação ao Nível IB (44,60%). Esse é um nível mais evoluído que o anterior, os estudantes já têm uma compreensão maior de mobilidade socioeconômica embora ainda elementar, percebem que para que ocorra mobilidade existem restrições externas, mas continuam a priorizar e valorizar o esforço individual. Acreditam que o esforço individual, e uma boa educação são fatores determinantes para melhorar o nível sócio econômico, já estabelecem relações entre a hierarquia e a remuneração, mas não compreendem a relação entre poder e exploração. Continuam com crenças de que o estado é o único responsável para solucionar o problema da pobreza, já incorporam ideias de oportunidade embora não compreendam as ações que impõem obstáculos às mudanças sociais, o pensamento continua centrado em atitudes e comportamentos das pessoas. A mobilidade socioeconômica é percebida numa perspectiva mais próxima da realidade, porém os estudantes pensam que a mobilidade se dá de forma natural, que com o tempo e o trabalho as pessoas vão ascender socialmente. Somente 5 estudantes do total da amostra alcançou esse nível.

Como 30,7% estão no nível IA, 44,6% no nível IB e somente 5,0% no nível II verifica-se que a maioria dos estudantes concebem a sociedade como dois grupos distintos e polarizados: pobres de um lado e ricos do outro. Estes são descritos a partir dos atributos externos como a presença ou ausência de posses materiais.

Os estudantes dos Níveis IA e IB associam riqueza com felicidade, bem-estar e saúde: todo rico é realizado, tem sucesso, é bonito e tem muitos bens, porém não tem paz e “Deus no coração”. O pobre tem um estereótipo de fracassado, feio, passa todo tipo de privações, porém apesar de tudo é rico de saúde e de Deus. A compreensão de classe média é pouco clara para esse grupo, em especial os que estão no nível IA confundem classe média e ricos, descreve-os como se fossem a mesma classe, já os do nível IB mencionam ocasionalmente que rico tem mais bens que classe média.

A tabela 2 apresenta os níveis de pensamento econômico quanto a variável ano escolar. Não foi verificada diferença significativa quanto ao ano escolar. A amostra mostrou-se homogênea.

Tabela 2 – Classificação dos níveis quanto a formação acadêmica.

Ano escolar	Níveis de pensamento econômico				Total
	IA	IB	Transição	II	
4º ano	16,8%	20,8%	7,9%	1,0%	46,5%
5º ano	13,9%	23,8%	11,9%	4,0%	53,5%
Total	30,7%	44,6%	19,8%	5,0%	100,0%

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora.

O nível IA apresenta um percentual de 30,7% dos estudantes sendo que (16,80%) do 4º ano e (13,90%) do 5º ano. Esse é o nível mais elementar, encontrado geralmente em crianças com até 10 anos de idade. Esperava-se que um número menor de estudantes estivesse nesse nível.

O nível IB com o maior percentual de estudantes (44,6%) tem uma distribuição muito similar entre o 3º e 4º ano. Houve uma leve evolução do 5º ano em relação ao 4º com um percentual de 23,8% e 20,8% respectivamente. Esse é um nível ainda bem elementar e levando-se em conta a idade e o nível de formação dos estudantes o esperado é que poucos deles ou nenhum deles estivessem nesse nível. Com esse pensamento as soluções para a pobreza estão limitadas a decisões paternalistas do estado ou de instituições de assistência social.

A percepção de classe média também é fragmentada e pouco definida. Não percebem a integração dos diferentes elementos que compõem o sistema econômico. A mobilidade social depende do esforço individual e única e exclusivamente do trabalho. A representação de pobreza é o resultado de uma conduta inadequada dos pobres, que trabalham pouco ou que não sabem utilizar o dinheiro. Nas investigações de Denegri (1997, 1998) e Amar (2001) o nível IB corresponde a crianças com idade entre 11 e 15 anos de idade. Na perspectiva dos estudos mencionados, os nossos estudantes crianças e adolescentes estão pouco abaixo do esperado com defasagem na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais. Os estudantes do 4º ano se distribuem em IA (16,80%), IB (20,80%), Transição (7,90%) e II (1,0%) enquanto os estudantes do 5º ano se encontram no nível IA (13,90%), nível IB (23,80%), em transição (11,90%) e no nível II (4,00%). Quando chega no nível II, o mais evoluído, sobressaem os estudantes do 5º ano.

Somente 5 estudantes no total da amostra estão no Nível II, contudo desses 4 deles são estudantes do 5º ano. Observando isoladamente esse nível existe uma diferença significativa para o 5º ano.

Outra variável analisada foi o gênero que está descrita na tabela 3. Nessa tabela aparece a variável ano escolar e o gênero.

Tabela 3 – Classificação dos níveis de pensamento econômico quanto ao gênero e ano escolar.

Ano escolar	Sexo	Níveis de pensamento		Transição	II
		IA	IB		
4º ano	Masculino	14,9%	17,0%	10,6%	-
	Feminino	21,3%	27,7%	6,4%	2,1%
5º ano	Masculino	16,7%	25,9%	11,1%	1,9%
	Feminino	9,3%	18,5%	11,1%	5,6%
Total	Masculino	15,8%	21,8%	10,9%	1,0%
	Feminino	14,9%	22,8%	8,9%	4,0%
Total		30,7%	44,6%	19,8%	5,0%

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora.

No nível IB temos 30,7% da amostra, desse total 15,8% são do sexo masculino e 14,9% do sexo feminino, não existe diferença de gênero quanto a esse nível, mas existem algumas diferenças quanto ao nível acadêmico: verifica-se que tem mais meninas do 4º ano nesse nível numa proporção de 21,3% (meninas do 4º ano) e para 9,3% (meninas do 5º ano). Nos meninos ocorre o inverso, mas com uma diferença bem menor na proporção de 14,9% (4º ano) e 16,7% (5º ano). Comparativamente o maior número de meninas do 4º ano está nesse nível, (21,3%), contudo é no 5º ano que aparece também o menor índice (9,3).

No nível IB, com a maior representação de estudantes, (44,6%) a homogeneidade da amostra se acentua, existe somente um ponto percentual de diferença entre meninos e meninas: 21,8% e 22,8% respectivamente. Ao considerar a formação verifica-se que são 25,9% de meninos do 5º ano que estão nesse nível enquanto do 4º ano são somente 17% e 27,7% meninas do 4º ano e 18,5% do 5º ano. Verifica-se similaridade entre ano escolar e gênero.

O nível de transição com 19,8% dos participantes apresenta índices semelhantes quanto ao ano escolar o gênero. Já no nível II, o mais evoluído, o índice de estudantes nesse nível foi de somente 5%, contudo há uma predominância de meninas e do 4º ano como pode ser verificado na tabela. 3. Apenas 1,0% dos estudantes do sexo masculino estão no nível II.

Os níveis de pensamento econômico em relação à faixa etária dos participantes, verificou-se que em sua maioria as respostas não correspondiam à idade. Somente os alunos de 8, 10 e 11 anos possuem representantes no nível II e que em todas as idades o nível IB é maioria.

Unesco (1995) realizou um extenso estudo sobre as concepções de riqueza, pobreza e desigualdade social em crianças com idade entre 6 e 16 anos. Essa autora propõe a existência de quatro níveis de desenvolvimento, e verificou diferenças nas respostas quanto ao nível socioeconômico.

Roazzi, Dias e Roazzi (2006) investigaram as representações de desigualdade econômica de adolescentes de diferentes níveis sócio econômicos. Os autores utilizaram desenhos de pessoas representando ocupações que os participantes deviam ordenar em função da remuneração, atribuir salário e avaliar a satisfação. Os resultados apontaram para a existência de uma relação entre pertencer a um determinado grupo sociocultural e aspectos cognitivos da forma de representação das desigualdades econômicas na sociedade. As recompensas de salários associados com ocupações em diferentes posições na estratificação foram representadas diferentemente em função do nível socioeconômico e experiência sociocultural do participante. Os autores concluem com esse estudo que a estrutura do sistema de atividades sobre individuais na qual a criança está inserida desempenha um papel crucial no desenvolvimento de formas específicas de representação de desigualdade social.

Considerações Finais

Cerca de 5,0% dos estudantes dessa investigação estão em um nível de pensamento mais evoluído, outros 95% estão nos níveis mais elementares (IA, IB e Transição). Portanto, observa-se que os estudantes, crianças e adolescentes estão abaixo do esperado, com defasagem na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais.

Apresentam ideias acanhadas, e para que se tenha mudanças significativas nessa questão, somente a compreensão da problemática que circunda a pobreza e a desigualdade e dos demais fatores sociais envolvidos nesse contexto poderão contribuir para uma sociedade mais equânime.

Nem sempre é possível interferir ou promover mudanças no contexto social quando não se compreende os aspectos subjacentes. O enfrentamento das desigualdades é pré-requisito para um país constituído no estado democrático de direito, tendo entre seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, como proposto no artigo primeiro da nossa Constituição. Contudo crianças e adolescentes precisam estar conscientes desse enfrentamento, e conhecer as possibilidades de intervenção.

Delval, (1989) aponta a importância do papel do adulto na socialização da criança, pois as diferentes representações da criança sobre o mundo em que está inserida são fruto de uma elaboração interna, de acordo com os instrumentos cognitivos que possui. A construção das noções sociais e dialéticas, ocorre a partir das intervenções e providências do adulto e das construções próprias do sujeito, entre o que é individual e o que é social. Isso necessita de tempo para ser organizado.

Para Melsert e Bock (2015) as desigualdades sociais brasileiras constituem fenômeno social complexo, que deve ser entendido tanto na sua dimensão objetiva quanto na subjetiva. Ao investigar a dimensão subjetiva desse fenômeno, é importante dar visibilidade à presença de

sujeitos que não são mera consequência da realidade social desigual, e sim sujeitos ativos, os quais constituem essa realidade e são, simultaneamente, constituídos por ela.

Ao concluir essa investigação, verifica-se a necessidade de explorar as formas como as pessoas percebem o mundo, as ideias que têm, e de como percebem a pobreza, mobilidade e desigualdade social. Esse trabalho abre discussões para outras investigações dessa natureza com populações similares no contexto brasileiro com outros grupos e diferentes faixas etárias.

Esses dados preconizam que existem poucas diferenças entre os dois grupos, independente do sexo, da idade da formação educacional, verifica-se homogeneidade nas respostas.

REFERENCIAS

AMAR, J., ABELLO, R. & LLANOS, M. **Desarrollo de conceptos económicos en niños y adolescentes colombianos y su interacción en los sectores educativos y calidad de vida.** Barranquilla: Proyecto CIDHUM. Financiado por la Dirección de investigaciones y proyectos (DIP) de la Universidad Del Norte y Colciencias. 2000.

AMAR, J.A.; ABELLO, R.; DENEGRI, M. C.; MARTINEZ, M. L.; GOMES, G. J. **La construcción de representaciones sociales acerca de La pobreza y desigualdade social em lós niños de La región Caribe Colombiana.** Investigación y desarrollo vol.9, n.2 pp 592-613. Universidad de norte Barranquilla, Colombia. 2001.

AMAR, J. A.; ABELLO, R.; DENEGRI, M; LLANOS, M. **Pensamiento económico de lo niños colombianos. Análisis comparativo en la región Caribe.** Barranquilla: Ediciones Uninorte. 2002.

ARAÚJO, R. M. B. **Alfabetização econômica: compromisso social na educação das crianças.** São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo. 2009.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A Estabilidade inaceitável: desigualdade e Pobreza no Brasil.** IPEA, Textos para discussão n. 800, jun. 2001.

BARROS R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G.; Org. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente.** NERI, Marcelo. Desigualdade, Estabilidade e Bem-Estar social. – Brasília Pea, 2006. 2 v.

BESSA, S. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia. 2008.** 318f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

BESSA, S.; FERMIANO, M. B. DENEGRI, M. C. **Compreensão econômica de estudantes entre 10 e 15 anos.** Psicologia & Sociedade, 26(2), p.410-419. 2014.

BESSA, S. **Pobreza e desigualdade social: representações de estudantes do ensino superior.** Anais do I Seminário Internacional de Educação Superior. Goiânia. 2018.

BOUGET, Denis.; NOGUES, Nenry. **Evaluation des politiques de lutte contre les exclusions sociales.** Revue Française des Affaires Sociales, 'n.2, avr/juin, 1994.

CANTELLI, V. C. B. **Procedimentos utilizados pelas famílias na educação econômica de seus filhos**. 2009. 415f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAFEL, J. **Societal images of poverty: Child and adult beliefs. Youth and Society**. En: J. Amar. Ensayos en Desarrollo Humano. Barranquilla: Ediciones Uninorte. 2002.

DELVAL, Juan. **La representación infantil del mundo social**. In E. Turiel, I. Enesco & J. Linaza (Comps.), *El mundo social en la mente del niño* (pp. 245-328). Madrid: Alianza. 1989

DELVAL, Juan. **El constructivismo y La adquisición Del conocimiento social**. Apuntes de Psicología, universidad córdoba. vol. 30 (1-3), pp 99-109.número especial. 2012.

DENEGRI M. **El desarrollo de las ideas acerca del origen y la circulación del dinero: Un estudio evolutivo en niños y adolescentes**. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid. 1995.

DENEGRI, M. **La construcción de nociones económicas en la infancia y la adolescencia**. Temuco, Chile: Universidad de la Frontera. 1997.

Denegri, M., Delval, J., Ripoll, M., Palavecinos, M. & Keller, A. **Desarrollo del pensamiento Económico en la Infancia y la adolescencia**. Boletín de investigación educacional, 13, 291308. 1998.

DENEGRI, M.; DELVAL, J.; RIPOL, M.; PALAVECINOS, M.; KELLER, A. **Desarrollo del pensamiento económico em La infancia y adolescencia**. Boletín de Investigación Educativa, 13, p.291-308. 1998a.

DENEGRI, M.; KELLER, A.; PALAVECINOS, M.; RIPOLL, M.; DELVAL, J. **Psicogenesis de las representaciones acerca de la pobreza y desigualdad social: estudio evolutivo con niños y adolescentes de ciudades con funcionamiento financiero limitado de La IX región**. Psykhe, 17 (2), p.13-24. 1998b.

DENEGRI, M.; GAETE, D. C.; ARAVENA, J. S.; ROJAS, C.V.; GOMES, Y.G.; VARGAS, H.M. **Representaciones sociales sobre pobreza en estudiantes universitarios chilenos**. Liberabit, Lima (Perú) 16(2): p.161-170. 2010.

ENESCO, I.; DELVAL, J.; VILLUENDAS, D.; NAVARRO, A.; SIERRA, P.; PEÑARANDA, A. **La comprensión de la organización social en niños y adolescentes**. Madrid: C.I.D.E. 1995.

FERREIRA, M. A.F; LATORRE, M.R. D. O. **Desigualdade social e os estudos epidemiológicos: uma reflexão**. Rev. Ciência & Saúde Coletiva. 17(9):2523-2531, 2012.

FERMIANO, M. A. B. (2010). **Pré-adolescentes (“tweens”) – desde a perspectiva da teoria piagetiana à da Psicologia Econômica**. 2010. 491f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FRANCO, Augusto de. **Além da Renda: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento**. Millennium, Instituto de Política, 2000.

GAIGER, Luiz Inacio Germany. **A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades.** CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 57, p. 563-580, Set. /Dez. 2009.
GONÇALVES, G. Q; MENICUCCI, T. M. G; AMARAL, E.F.L. **Diferencial educacional entre beneficiários do programa bolsa família.** Cadernos de pesquisa. V.47 n.165 p.770-795 jul. /set. 2017.

MELSERT, A.L.M.; BOCK A.M.B. **Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 773-790, jul./set. 2015.

MILANO, Serge. La pauvreté absolue. Paris: Hachete, 1988

MOORE, W. E. **Social Change.** New Jersey, Prentice Hall, 1963

POGGE, T. W. **Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um dividendo dos recursos globais.** Sur – Revista internacional de direitos humanos. Número 6. Ano 4. 2007. p.142-163.

PULICE, Carolina. **Georges, da Oxfam: desigualdade e pobreza são inseparáveis.** Disponível em <https://exame.abril.com.br/economia/georges-da-oxfam-desigualdade-e-pobreza-saoinseparaveis>, acesso em 30/10/2018.

RIBEIRO, C. O.; MENEZES, R.G. **Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen.** Revista Textos & Contextos. Porto Alegre v. 7 n. 1p. 42-55. jan/jun.2008.

ROAZZI, A; DIAS, M.G.B.B; ROAZZI, M. **A representação de desigualdade econômica em crianças e adolescentes de nível socioeconômico diferentes.** Ver. Psicologia: Reflexão e crítica, 19 (3), 515-525. 2006.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana** - 3.ed. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

STEHR, N. **Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15 número 42, fevereiro/2000.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras.** Disponível em <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>, acesso em 27/01/2018.

OXFAM BRASIL. **Recompensem o trabalho, não a riqueza.** Disponível em <https://www.oxfam.org.br/assim-nao-davos>, acesso em 23/10/2018.